



**Ditadura Militar e ensino de História: saberes e práticas no
Instituto de Educação Gastão Guimarães (Feira de Santana, 1968-1978)**

DULCINEA CERQUEIRA COUTINHO BARROS*

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma breve síntese conclusiva da pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana sobre o ensino de História no Instituto de Educação Gastão Guimarães-IEGG, em Feira de Santana-Ba, durante a Ditadura Militar brasileira, mais detidamente no decênio 1968-1978, período marcado, entre outros, pelo Ato Institucional nº 5 e pelo “Milagre Econômico”, responsáveis por promover alterações na ordem político-econômica e sociocultural do país.

Em Feira de Santana essas alterações foram sentidas de diversas formas, o recrudescimento das perseguições e prisões de supostos opositores da Ditadura e a tentativa de implementação de discursos e de um projeto de modernização desenvolvimentista para a cidade¹ são alguns dos exemplos.

Em meio a esse cenário nacional e local, as culturas escolares e seus elementos constitutivos, os sujeitos, discursos, linguagens, conceitos, modos de comunicação, as práticas e rituais da ação educativa, os modos organizativos e sua cultura material não permaneceram inertes. Ao contrário, como integrantes dessa dinâmica social e histórica, as culturas escolares estabeleceram diálogos com as culturas político-econômica do período, em alguns casos, as acolheram, em outros, as rejeitaram, mas não deixaram de ser atingidas, umas mais, outras menos, pelas normas e ingerências promovidas pelos governos militares do período, o que nos faz remeter à proposição de Dominique Julia quando este defende como condição básica para se estudar a cultura escolar “analisar com precisão as relações conflituosas ou pacíficas que esta

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana. Professora de História do Instituto de Educação Gastão Guimarães, escola da rede estadual de ensino da Bahia.

¹ Sobre a influência de um discurso de modernização e progresso disseminado em Feira de Santana pós-Golpe de 1964 e, ainda, sobre a implementação de um projeto de industrialização para a cidade entre os anos de 1967 a 1971 ver em: CORREA, D. C. **O futuro do passado: uma cidade para o progresso e, o progresso para cidade** em João Durval Carneiro (1967-1971). 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011. Especificamente sobre a política de industrialização implementada por dirigentes industriais locais em Feira de Santana entre 1963 a 1983, ver: MONTEIRO, Jônatas L. **Interesses hegemônicos na margem da periferia: ação política de dirigentes industriais em Feira de Santana (1963-1983)**. 2009. 200f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas” (JULIA, 2001: 11).

Por seu turno, Antonio Viñao Frago chama a atenção para a necessidade do historiador fazer a arqueologia da escola, conhecer a “caixa negra” que é a realidade quotidiana dos centros docentes, o dia-a-dia, o que sucedeu neles, o ritual da vida da escola (FRAGO, 2007). Esse olhar de dentro sobre o que se sucedeu na escola sugerido por Frago orientou essa investigação sobre o ensino de História no contexto da Ditadura Militar brasileira, buscando compreender como os sujeitos desse ensino no IEGG experienciaram essa conjuntura e como esta repercutiu nos saberes e nas práticas por eles desenvolvidas. Para tanto, privilegiei como fontes documentais da pesquisa, as memórias orais e também fotográficas de ex-professores de História e ex-alunos do curso Colegial Normal, documentos escritos de caráter administrativo e pedagógico pertencentes ao arquivo escolar, livros didáticos de História por eles utilizados e ainda a legislação educacional vigente no período, interpretadas a partir das proposições teórico-metodológicas de Dominique Julia (2001) e Antonio Viñao Frago (2007) sobre “cultura(s) escolar(es)” e as de Maurice Halbwachs (1990), Pierre Nora (1993) e Michel Pollak (1989) atinentes a “memória”.

A análise e interpretação desse conjunto documental permitiu a construção de um entendimento sobre o ensino de História no espaço-tempo investigado, o qual, em linhas gerais, esteve permeado por uma memória que se queria oficial, a memória da “Revolução de 1964”, pela exaltação de determinados vultos históricos tidos como símbolos de abdicação pela Nação, por normas e práticas morais, cívicas e patrióticas desenvolvidas sob uma perspectiva colaborativa com outras disciplinas escolares e, não menos, por um espectro de vigilância de alguns membros da cultura escolar sobre outros, quadro que procuro desenvolver mais detalhadamente nas próximas linhas.

Desde o imediato pós-Golpe de 1964 as memórias em torno da “longa noite da ditadura militar” (2004) começaram a ser moldadas pelos militares que assumiram o poder. Conforme explicitou Daniel Aarão Reis, de forma abrupta, militares e demais setores conservadores da sociedade brasileira se empenharam na consecução de uma memória oficial em torno do 31 de março de 1964, cujo passo inicial fora dado nas manifestações de apoio civil ao Golpe, nas Marchas da Família com Deus e pela Democracia.

Feira de Santana participou desse movimento. Sua Marcha objetivou “render graças a Deus pela vitória das forças democráticas em sua luta contra o comunismo”, conforme estampava a manchete do Jornal Folha Norte, de 11 de abril de 1964. Também, através desse que era o principal jornal de Feira de Santana à época, se procurou anunciar o suposto sucesso

da Marcha realizada na cidade. Em matéria intitulada *Marcha da Família Feirense com Deus pela Democracia: a Feira, unida, demonstrou repúdio aos Traidores da Pátria* o jornal citado anunciou que entre as mais de trinta mil pessoas que fizeram-se presentes ao evento, encontravam-se além dos representantes das Forças Armadas, da Câmara de Vereadores, da Assembleia Legislativa do Estado, da Igreja Católica e de Evangélicas, professores e estudantes, que participaram acompanhados das bandas marciais de suas respectivas escolas, entre as quais, a banda marcial do Instituto de Educação Gastão Guimarães.

Ainda que tenham existido exceções, muitas instituições escolares imbuíram-se na tarefa de acolher e disseminar a nova memória oficial. Nesses espaços, determinados valores, saberes e práticas que privilegiavam a ordem e a harmonia social, pretense antídoto para o inimigo externo, o comunismo, foram levados à cabo através de “um conjunto de normas que definiam conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”, e não menos, por “um conjunto de práticas para a transmissão desses conhecimentos e a incorporação de comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). De forma voluntária ou sob pressão das circunstâncias políticas uma parcela significativa de sujeitos da Escola se dispuseram ou foram incitados a atuar como corresponsáveis na tarefa de propagar e zelar pela memória da *Revolução*, da construção do 31 de março de 1964 como um novo marco político nacional, uma data digna de ser festejada e cultivada pelos brasileiros, especialmente, por aqueles em idade escolar, destinatários históricos de normas morais e de valores cívico-patrióticos.

O ensino de História processado em muitas dessas escolas assumiu a responsabilidade na veiculação da memória erguida no pós-Golpe, utilizando-se da mesma visão épica, fatalista e personalista, àquela de fatos e heróis políticos, avessa à análises, interpretações e conflitos de perspectiva, aspecto que contribuiu para o silenciamento de outras tantas memórias possíveis.

No Instituto de Educação Gastão Guimarães, por exemplo, a recomendação feita pela Coordenação Pedagógica do Departamento de Estudos Sociais² aos professores de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e OSPB era a de que estes em suas aulas deveriam “chamar atenção para dois dias do ano: o 31 de março- dia da Revolução, e, o 19 de novembro, dia da Bandeira” não grafados no quadro de feriados e dias santificados do Calendário Escolar, o que demonstrava a imposição e manutenção da memória dos

² O referido Calendário Letivo foi encontrado na pasta de Atas, Anotações, Planos de Curso, Exercícios e Cópias de provas pertencente ao Departamento de Estudos Sociais de posse da ex-professora e ex-Coordenadora do Departamento, Clara (nome fictício). Naquele calendário, manuscrito à caneta e no verso da folha, como se fosse um lembrete a ser dado aos professores do Departamento ao qual coordenara, encontrava-se as datas referidas: o 31 de março e o 19 de dezembro.

vencedores no processo de formação educacional dos *bons* brasileiros, neste caso, os futuros professores primários.

Essa tentativa de manter a memória oficial resguardada, se fez de diversas formas na referida escola. No ensino de História, em sua prática de sala de aula, alguns professores descreveram viver intimidados em sua liberdade de expressão. Sobre isso, uma das professoras de História do IEGG, a professora Clara, que atuou na escola a partir do ano letivo de 1968, quando indagada sobre a relação professor-professor, professor-Regime e possíveis repercussões em seu trabalho docente, mudou completamente o seu tom de voz como se quisesse manifestar um verdadeiro horror ao vivido:

*Vivíamos uma relação camuflada. Nós não falávamos nada, NA-DA! Ninguém comentava NA-DA! Se você comentasse uma coisa aqui de algo que você não estava gostando, a colega lhe olhava assim, fazia um jeito assim que era para você não continuar a falar. Nós vivíamos, minha filha, amedrontados, nós não tínhamos direito de falar NA-DA, NA-DA!*³

Essa espécie de *vigilância social*⁴, a tentativa de disciplinarização do saber histórico e das ideias que podiam ou não ser expressas no contexto social e, especialmente escolar, também atuou fazendo disseminar o espectro do medo de que em cada sala de aula do IEGG tinha um militar *espião*.

A dificuldade em trabalhar com a disciplina História nesse contexto ditatorial também foi salientada pela professora Consuelo⁵,

[...] era uma disciplina muito visada, diziam até que tinha pessoas do Exército lá dentro da nossa sala de aula. Eu nunca vi ninguém, mas era muito visada [...] eu mesma recebia algumas orientações “olhe cuidado com o que você fala em sala de aula, cuidado com o que você diz”, a aula tinha que seguir aquilo que constava no livro, que era justamente pra não fugir do programado.

Uma das questões importantes que o depoimento da professora Consuelo nos traz é sobre a limitação dos conteúdos de História à versão oficial que o livro didático apresentava. A recorrência e tratamento a determinados *heróis* nacionais, a exemplo do Tiradentes, foi comum aos livros disponibilizados na Biblioteca do IEGG durante o período investigado.

³ Todos os depoentes da pesquisa (professores de História do IEGG e alunos do Curso Colegial Normal citados neste texto possuem nome fictício. Neste caso, trata-se de trecho do depoimento da professora Clara obtido em entrevista realizada pela autora deste texto em 12 de novembro de 2013.

⁴ Pela Constituição de 1967 a defesa da Segurança Nacional não cabia apenas às Forças Armadas mas também a “toda pessoa natural ou jurídica”, daí a motivação para que cada indivíduo atuasse como um vigia, um iminente informante de atividades consideradas suspeitas pelo Estado.

⁵ A entrevista foi realizada pela autora deste texto em 13 de dezembro de 2013.

Neles, podia-se encontrar sempre o citado herói nacional demarcando o “início” da história brasileira, como evidencia o livro organizado para as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, ano em que vários de seus exemplares foram distribuídos ao IEGG pelo governo militar do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

O livro que tem como título “Brasil: 150 anos de Independência”, de autoria de Agenor Bandeira de Mello, apresenta no conjunto de suas páginas o esforço em construir uma longa, cronológica e factual história contada por meio de uma síntese político-institucional iniciada com o domínio colonial de D. Manoel I, em 1495, e prolongando-se até o ano comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, quando enfoca, especificamente, os feitos obtidos pela *Revolução* de 1964 e pelo governo militar do presidente Médici.

Era através do uso de livros como este, ainda hoje disponíveis na biblioteca escolar do IEGG, que professores e alunos faziam suas consultas e pesquisas escolares, conheciam determinada história da Nação, garantindo a propagação da memória histórica oficial.

Segundo a aluna Flora⁶ foi através dessas pesquisas que ela e demais colegas de turma confeccionaram os artefatos usados no desfile comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, que aludiam ao grande vulto histórico responsável pela luta de libertação da colônia: o Tiradentes. A proposta apresentada por este grupo de professorandos de 1972, sob a orientação das professoras de História e de Didática de Estudos Sociais, buscou evidenciar o desprendimento, a abdicação de Tiradentes, considerado um mártir que sacrificou a própria vida em prol da Nação.

A representação de Tiradentes com o barão ao pescoço, uma versão ampliada feita pelos alunos a partir de uma gravura que abria o capítulo “O caminho da Independência” do livro “Brasil: 150 anos de Independência” trazia em destaque a frase: “Foi com ele que tudo começou”. Juntas, imagem e frase, ofuscavam os demais adereços que compunha o artefato, levando adiante a mensagem do Tiradentes como um herói republicano, um Cristo cívico, um herói nacional⁷ como ensinavam os livros didáticos e como reafirmaram os militares no pós-1964, através da Lei 4.897, de 9 de dezembro de 1965, que ao declará-lo Patrono da Nação brasileira, utilizavam-no como uma metáfora ideal para sensibilizar os jovens estudantes brasileiros quanto ao seu papel na construção do *Brasil-potência*.

Em análise aos documentos do Arquivo escolar do IEGG, especialmente às correspondências enviadas pelo Exército Brasileiro, por meio do 35º Batalhão de Infantaria de

⁶ Entrevista realizada pela autora deste texto em 26/02/2014.

⁷ No livro “A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil” de José Murilo de Carvalho há um interessante capítulo destinado à análise da trajetória de criação de Tiradentes como um herói para a recém instalada República brasileira.

Feira de Santana à escola, pude observar, o esforço contínuo dessa instituição em exaltar o seu papel para o desenvolvimento do Brasil. Observa-se também suas iniciativas visando instituir novos heróis ou ainda em cultuar outros já consolidados na memória republicana brasileira, prática que tinha como fim a legitimação tanto do papel assumido pelas Forças Armadas nos destinos da Nação quanto da memória construída ou incorporada pelos agentes da recém instalada Ditadura.

Em 1971, por exemplo, o Batalhão encaminhou dois editais de concursos voltados para o público estudantil. O primeiro intitulado Concurso “Serviço Militar/71” possuía como tema “Tiradentes e o ideal de liberdade no Brasil”, já o segundo, denominado “Concurso Literário sobre a personalidade de Luiz Alves de Lima e Silva”, tinha como tema a ser desenvolvido, “CAXIAS, o Pacificador”.

O ensino de História posto em prática através dessas atividades estava permeado por um viés político institucional, que privilegiava determinados fatos e sujeitos, entre os quais, militares considerados *dignos* de serem pesquisados e biografados, meritosos heróis da Pátria, homens cujos perfis se caracterizavam pelo voluntarismo, abdicação e serviços prestados à Nação brasileira, portanto, exemplos a serem ostentados na galeria de heróis nacionais e na memória dos jovens estudantes do IEGG.

Por meio da imposição de atividades que rotinizavam a tarefa de ensinar e aprender História, como o ditado, a cópia ou a memorização de conteúdo, os alunos do IEGG iam aprendendo quais datas, eventos e heróis eram dignos de serem estudados e ensinados quando estivessem a atuar como professores, abordagem que era reforçada pela disciplina Educação Moral e Cívica, na medida em que esta privilegiava temas, tais como a pátria, a religião e a família, ministrados também sob um viés conservador e por professores considerados de confiança da Diretoria da escola.

De acordo com depoimentos de ex-alunos entrevistados, hinos como o Nacional, à Bandeira, à Feira de Santana, ao IEGG e ao Sesquicentenário da Independência do Brasil eram repetidamente ensaiados nas aulas de História, EMC e Educação Musical com o objetivo de serem decorados e apresentados *orgulhosamente* em desfiles comemorativos pelas ruas de Feira de Santana ou em atividades cívicas realizadas no pátio da escola, pelo menos uma vez na semana, oportunidades em que se reunia o corpo diretivo, docente e discente em torno de um repertório de saberes e práticas que implicava numa parte da educação histórica promovida pelo IEGG naquela conjuntura.

As evidências encontradas e as interpretações realizadas encaminham-me para o entendimento de que o Instituto de Educação Gastão Guimarães sofreu diretamente as

ingerências do Estado Ditatorial instalado no Brasil a partir de 1964. A formação do professor primário ofertada, bem como, o ensino de História desenvolvido parece ter absorvido as novas regras impostas pela Política de Segurança e Desenvolvimento Nacional executada pelos governos militares. A elas estava ligado o conteúdo cívico e patriótico, que já existia, mas, que nesse período se viram reforçados pela atuação da disciplina Educação Moral e Cívica e de outras, “criadas” com o objetivo de conter o potencial “subversivo” da juventude estudantil e, então, forjar uma sociedade disciplinada e alinhada ao modelo preterido pelos setores conservadores da sociedade brasileira.

Ainda que alguns dos depoentes, entre eles, ex-professores, ex-alunos e ex-coordenadores do Departamento de Estudos Sociais, em determinados momentos, quisessem me fazer crer que o IEGG não foi impactado diretamente pelo ideário, memória e normatizações forjadas pelos governos militares do período, ou ainda, que este foi um local tranquilo de trabalho, diferente, inclusive, de outros colégios da cidade, o conjunto das fontes analisadas e entrecruzadas apresentou um quadro contrário, tanto o é que ao indagarmos nas entrevistas ou buscarmos pistas nos documentos escolares sobre possíveis “maneiras de fazer” no ensino de História que pudessem ir de encontro ao que estava posto, poucas referências foram encontradas, observadas apenas nos dois últimos anos da década de 1970, já no processo de abertura *lenta, gradual e segura* do Regime, quando um coletivo destes passam a buscar, inclusive, a associação e sindicalização profissional, reivindicando para si novas condições de trabalho e também salariais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Marcha da Família Feirense com Deus pela Democracia: a Feira, unida, demonstrou o seu repúdio aos traidores da Pátria. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 23 abr. 1964. p. 1.

FRAGO, A. V. **As Culturas Escolares**. In: Sistemas educativos, culturas escolares e reformas. Portugal, Mangualde: Edições Pedago, 2007, p. 85-87.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Edições Vértices, 1990.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: Ed. Autores Associados, n. 01, jan/jun 2001.

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História, PUC-SP, nº 10, dez.,1993.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

Povo Feirense fará: Marcha com Deus pela Democracia. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 11 abr. 1964. p. 1.

REIS, Daniel A. Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS; RIDENTI; MOTTA (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.